

Sumário

Introdução	1
1 O Acordo de Leniência	7
1.1 O Acordo de Leniência e o novo Paradigma do Direito Administrativo Sancionador	9
1.2 O Acordo de Leniência e a Tutela do Interesse Público ..	18
1.2.1 O Princípio da Eficiência da Administração Pública....	20
1.2.2 A continuidade das atividades da Empresa Colabora- dora e o cumprimento de sua função social	21
1.3 O Acordo de Leniência e o Princípio da Legalidade	23
1.3.1 O Microsistema Anticorrupção brasileiro	25
1.4 O Acordo de Leniência e a Lei de Improbidade Administrativa	27
2 As Modalidades de Acordo de Leniência no Ordenamento Jurídico Brasileiro	33
2.1 A Leniência na Lei de Defesa da Concorrência.....	33
2.1.1 A atuação do Ministério Público na Leniência da Lei de Defesa da Concorrência	37

2.2 A Leniência na Lei Anticorrupção.....	38
2.3 A “Leniência” da Comissão de Valores Imobiliários e do Banco Central do Brasil	42
3 As “Competências” Definidas para a Celebração de Acordos de Leniência no Âmbito da Lei Anticorrupção.....	49
3.1 A Controladoria-Geral da União (CGU) e a participação da Advocacia-Geral da União (AGU) nos Acordos de Leniência	50
3.2 A Atuação e a Legitimidade Institucional do Ministério Público para celebrar Acordos de Leniência da Lei Anticorrupção.....	53
3.3 A Atuação e a Legitimidade do Tribunal de Contas da União quanto à apuração e reparação do dano ao erário	56
3.4 O Compartilhamento de Provas	60
3.4.1 A não adesão ao Acordo de Leniência	62
4 A Complexidade “Prática” dos Acordos de Leniência Firmados no Brasil	65
4.1 O sistema brasileiro “multiagências”	65
4.2 A Fixação do valor da Multa Administrativa da Lei Anticorrupção	67

4.3 A Reparação Integral do Dano Causado, sua Indisponibilidade e a atuação do TCU	72
4.4 A Repercussão do Acordo de Leniência sobre a Responsabilidade Civil das Empresas em Relações Contratuais, Extracontratuais e Societárias	74
Considerações Finais.....	77
Referências.....	83
Lista de Abreviaturas e Siglas	101